



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

A C Ó R D Ã O Nº 7.995

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.922.2010-40-TCE (C/01 Anexo)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Esporte Turismo e Lazer, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor **Cassiano Marques de Oliveira**
RELATOR: Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Prestação de Contas. Secretaria de Estado de Esporte Turismo e Lazer. Divergência no demonstrativo da execução orçamentária financeira e no demonstrativo de obras contratadas. Indevida inclusão de valores liquidados no relatório de restos a pagar. Indícios de alteração da ordem cronológica de pagamentos. Diferença nos valores dos balanços financeiro e patrimonial. Incorreção no lançamento contábil dos valores de aquisição de bens móveis praticados no exercício. Falta de justificativa sobre a legalidade, critérios e valores repassados a Instituições Sem Fins Lucrativos. Ausência nas respectivas Prestações de Contas dos repasses mencionados na alínea anterior que totalizaram R\$ 1.621.441,28. Não comprovação dos saldos financeiros apresentados no Balanço. Irregularidade. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Encaminhamento de cópia do apurado ao Ministério Público Estadual.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, com o voto do Presidente para completar o *quorum*: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Esporte Turismo e Lazer, exercício orçamentário e financeiro de 2009, de responsabilidade do Senhor **Cassiano Marques de Oliveira** – Secretário de Estado à época, com fulcro nas alíneas “a” e “b”, inciso III, do art. 51 da LCE nº 38/93, em face das seguintes falhas: **a)** divergência no demonstrativo da execução orçamentária financeira e no demonstrativo de obras contratadas; **b)** indevida inclusão de valores liquidados no relatório de restos a pagar; **c)** indícios de alteração da ordem cronológica de pagamentos; **d)** diferença nos valores dos balanços financeiro e patrimonial; **e)** incorreção no lançamento contábil dos valores de aquisição de bens móveis praticados no exercício; **f)** falta de justificativa sobre a legalidade, critérios e valores repassados a Instituições Sem Fins Lucrativos; **g)** ausência nas respectivas Prestações de Contas dos repasses mencionados na alínea anterior que totalizaram **R\$ 1.621.441,28** (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos); e **h)** não comprovação dos saldos financeiros apresentados no Balanço no montante de **R\$ 311.221,96** (trezentos e onze mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos) ; **2)** **condenar** o Senhor **Cassiano Marques de Oliveira** – Secretário à época, a **devolver** aos cofres do Tesouro Estadual o valor de **R\$ 1.621.441,28** (um milhão, seiscentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), **correspondente a importâncias transferidas a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos através**



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(A C Ó R D ã O Nº 7.995 – FL. 02)

de Convênios, em face da falta de justificativas sobre a legalidade e ausência das respectivas Prestações de Contas, não atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 01/1997/STN e demais legislações pertinentes, assinalando-lhe o **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar do conhecimento deste, de tudo dando ciência a este Tribunal; **3) condenar** o Gestor a **devolver** aos cofres do Tesouro Estadual a importância de **R\$ 311.221,96** (trezentos e onze mil, duzentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos), que informou ter sido devolvido sem, no entanto, apresentar comprovação referente ao saldo financeiro não comprovado e registrado no Balanço de **R\$ 417.652,52** (quatrocentos e dezessete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), **deduzido do valor de R\$ 106.430,56 (cento e seis mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos)**, correspondente ao extrato da conta nº 2.022-5, Caixa Econômica Federal, Agência 534 (conciliação bancária, fl. 182), comprovado no exercício seguinte; **4) aplicar multa** ao gestor de 10% (dez por cento), sobre o valor total a ser devolvido, corrigido monetariamente, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 88; e **5) encaminhar** cópia do apurado ao Ministério Público Estadual, para **conhecimento** e as **providências que entender adotar**. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do processo. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Ronald Polanco Ribeiro – Presidente da Corte, Antonio Cristovão Correia de Messias e as Excelentíssimas Senhoras Conselheiras Dulcinéa Benício de Araújo e Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos.....

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 22 de novembro de 2012

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Relator

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador do M.P.E/TCE/ACRE